

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.852 - SP (2019/0285674-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134
ANDRÉA GIOVANA PIOTTO - SP183530
DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
JOSE GUILHERME SILVEIRA PASCHOAL - SP280305
VIVIAN NICODEMOS AUGUSTO - SP259511
LUCIANA SCARMATO JORGE E OUTRO(S) - SP182002
KLEBER FARIA SECATTO - SP279711
RECORRIDO : RCG TECNOLOGIA ELETROMECANICA LTDA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO B MARCONDES MOURA - SP138628
INTERES. : AOM ADMINISTRACAO JURIDICA E EMPRESARIAL
LIMITADA - ADMINISTRADOR
ADVOGADO : ADRIANO DE OLIVEIRA MARTINS - SP221127

DECISÃO

Esta medida de urgência foi requerida por ITAÚ UNIBANCO S.A. (ITAÚ), visando atribuir efeito suspensivo ao recurso especial interposto nos autos do Agravo de Instrumento nº 2138286-31.2017.8.26.0000, em virtude do seu improvimento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Garça/SP, nos autos da ação de recuperação judicial da empresa RCG - TECNOLOGIA ELETROMECÂNICA LTDA. (RCG), determinou ao ITAÚ que promovesse, em 48 horas, a liberação e o estorno dos valores retidos e debitados na conta corrente da recuperanda, bem como se abstivesse de realizar novos descontos ou percebesse recebíveis, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Inconformado, o ITAÚ interpôs agravo de instrumento, no qual alegou, em síntese, que (1) celebrou com a RCG diversos contratos constituídos com garantia de cessão fiduciária de duplicatas, tendo a decisão agravada indevidamente determinado que os valores utilizados na amortização das cédula de crédito, após o deferimento da recuperação judicial (31/5/2017), fossem imediatamente restituídos, sob pena de multa diária, desconsiderando que tais operações de crédito, por se tratar de coisa móvel fungível, a teor do art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/05, não estão sujeitas aos efeitos da recuperação judicial; (2) para a constituição da propriedade fiduciária sobre coisas móveis e títulos de crédito não há exigência do registro do contrato no Registro de Títulos e Documentos, bastando a contratação; (3) o Supremo Tribunal Federal reconheceu, no

Superior Tribunal de Justiça

julgamento do RE nº 611.639 sob o rito da repercussão geral, que não é obrigatório o registro dos contratos de alienação fiduciária em garantia de veículos, na medida em que o simples pacto entre as partes é existente, válido e eficaz; (4) não tem o dever de restituir os valores retidos por se tratar de créditos extraconcursais, que não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial; (5) esta Corte Superior tem precedentes no mesmo sentido da tese aventada no agravo; (6) não é possível a descrição individualizada da coisa objeto da garantia; e, (7) a multa fixada não observou os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como promove o enriquecimento ilícito da agravada.

O Tribunal paulista negou provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

Recuperação Judicial. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Alegação, da recuperanda, de que o credor fiduciário promoveu retenções ilegais de valores diretamente na sua conta bancária. Ressalvado o meu entendimento pessoal, alinho-me à orientação traçada por esta Turma Julgadora e com assento em julgados da Corte Superior para dispensar o registro da cédula de crédito bancário no Registro de Títulos e Documentos do domicílio da devedora como pressuposto para a constituição da garantia fiduciária e aplicação da exceção do § 3º do art. 49 da Lei nº 11.101/2005, mantida a necessidade de descrição (especialização) dos títulos entregues em garantia. Valores retidos em conta bancária vinculada a contrato que, apesar de garantido por 'cessão fiduciária de títulos em cobrança', não cuidou de descrever os títulos cedidos em garantia, a revelar a ilegalidade das retenções. Decisão mantida.

Recuperação Judicial. *Astreintes. Fixação de multa diária decorrente do poder geral de cautela. Valor que deve ter a potencialidade de dissuadir o devedor de descumprir a ordem. Multa que pode ser revista. Pedido de limitação.*

Avaliação, por ora, inviável.

Recurso desprovido (e-STJ, fl. 227).

No recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, o ITAÚ alegou violação dos arts. 66-B, § 1º, da Lei nº 4.728/65 e 49, § 3º, da Lei nº 11.101/05, sustentando que (1) não há necessidade de individualização das garantias sobre créditos futuros; (2) a lei permite a realização de negócios que tenham garantia cuja propriedade fiduciária não se identifique por números, marcas e sinais, cabendo, nessas hipóteses, ao proprietário fiduciário o ônus da prova contra terceiros da identificação dos bens do seu domínio que se encontrem em poder do devedor; (3) o contrato de concessão de crédito individualiza a informação determinável do crédito, qual seja, a espécie de

Superior Tribunal de Justiça

garantia e a conta onde os recebíveis são creditados, em consonância com a Lei nº 4.728/65; e, (4) o acórdão recorrido divergiu do REsp nº 1.797.196/SP, que firmou o entendimento de que nos contratos de cessão fiduciária de crédito, por constituir bem futuro e incerto, não é necessário que o contrato especifique, de forma individualizada, todos os créditos futuros.

Na própria petição, ITAÚ requereu a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, sustentando a probabilidade dele ser provido, bem como em virtude da iminência de levantamento de valor ou de cobrança de multa diária.

Afirmou que a fumaça do bom direito está presente em virtude da natureza extraconcursal dos créditos bloqueados decorrentes de cessão fiduciária em garantia de duplicatas não acolhidas pelo Tribunal paulista, porque não houve descrição dos créditos ou dos títulos creditórios dado em garantia, em divergência com a jurisprudência desta Corte Superior

Já o perigo na demora consiste na ordem judicial de restituição de valores para a recuperanda já determinada nos autos sob ameaça de multa diária, o que caracteriza iminente risco de lesão ou ameaça a seu direito.

Formulou, então, pedido de deferimento do efeito suspensivo ao recurso especial.

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

No caso em exame, o especial foi interposto contra acórdão que não proveu o agravo de instrumento manejado.

O recurso sustentou, em suma, a desnecessidade da individualização das garantias sobre créditos futuros.

Delimitada assim a controvérsia, frise-se, inicialmente, que a concessão de medida urgente condiciona-se à existência dos requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*. Assim, quando presentes ambos os requisitos, que são fundamentais, não há dúvidas em que se conceda liminarmente a tutela requerida.

Ocorre que relativamente ao sinal do bom direito, não se olvide o entendimento já manifestado e consolidado neste Tribunal Superior, segundo o qual *a decisão do Tribunal de origem que admite, ou não, o recurso especial não vincula o juízo de admissibilidade desta Corte Superior Registre-se que a apreciação da instância 'a quo' é provisória, recaiando o juízo definitivo sobre este Sodalício, quanto aos requisitos de admissibilidade e em relação ao mérito* (AgRg no REsp 1.325.603/SP, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 31/3/2016).

Assim sendo, o sinal do bom direito não se apresenta absolutamente

Superior Tribunal de Justiça

evidente ou cristalino como exige a excepcionalidade da situação.

Relativamente ao perigo na demora, os argumentos trazidos pelo ITAÚ não são bastantes e suficientes para a concessão do pedido liminar formulado, o que afasta a presença desse pressuposto.

De fato, a alegação feita aos 13/6/2019 quando da interposição do recurso especial de que se estaria na *iminência de se levantar o valor de R\$ 48.853,73 (quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos), ou de eventual condenação a multa diária* não é de molde permitir o deferimento da medida urgente (e-STJ, fl. 248).

Frise-se que desde de então não se teve nenhuma notícia acerca da ocorrência do levantamento e nem sequer da imposição de multa, porque nada a respeito foi trazido para exame desta Corte Superior pela defesa dos interesses do ITAÚ.

Assim, não ficou demonstrada a existência de risco efetivo que possa ser considerado grave dano de irreversível ou de difícil reparação, o que, nos limites desta análise de urgência, afasta a presença desse pressuposto.

Ademais, o prosseguimento do feito e a possibilidade de execução provisória são consectários imediatos da norma processual que prevê mecanismos de contracautela específicos, a cargo da prudência do magistrado, como bem sabe a defesa dos interesses do ITAÚ, especialmente em casos como o dos autos em que houve a admissão do recurso especial.

Nessas condições, porque ausentes os pressupostos indispensáveis ao deferimento da medida urgente postulada, **INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL.**

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Garça/SP (Processo nº 1002246-38.2017.8.26.0201), solicitando-lhe que informe:

- 1) se houve levantamento de algum valor pela RCG;
- 2) se ocorreu a condenação do ITAÚ ao pagamento de multa diária por descumprimento de ordem judicial.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR